



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 9.947/12
Rubrica: _____

PROCESSO Nº: 9.947/12

ORIGEM: Cidadão

ASSUNTO: Denúncia

EMENTA: Denúncias oferecidas por cidadãos acerca de possíveis irregularidades na contratação de pessoal no PROCON. Juntada de cópia da Representação nº 16/12-CF, do MPJTCDF, noticiando suposta irregularidade no concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva para os cargos de Fiscal de Defesa do Consumidor, Analista e Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor, regido pelo Edital nº 01/11-SEAP/PROCON.

Pela Decisão nº 71/12, o Tribunal conheceu da inspeção realizada para apurar os fatos e determinou a substituição dos servidores comissionados que não exercessem funções de direção, chefia ou assessoramento por candidatos aprovados no concurso público. Por meio da Decisão nº 6.673/12, o Tribunal considerou não cumprida a Decisão nº 71/12 e solicitou esclarecimentos ao Governador do DF. Encaminhamento de ofício pelo MPDFT informando do cumprimento da Decisão nº 71/12 pelo PROCON. Documentos encaminhados pela Comissão de Aprovados no concurso público, objetivando demonstrar o cumprimento parcial da Decisão nº 71/12. Pela Decisão nº 4.218/13, o Tribunal conheceu dos referidos documentos, considerou procedentes as denúncias e a representação, dispensou o Governador do DF do cumprimento da Decisão nº 6.673/12, reiterou ao PROCON e à SEJUS o item II da Decisão nº 71/12, expediu determinação e orientação à SEAP e, ao PROCON, apenas orientação. Por último, mediante a Decisão nº 2.095/14, o Tribunal autorizou a realização de inspeção no PROCON e onde mais se fizesse necessário, para apurar, concretamente, se todos os ocupantes de cargos em comissão integrantes da estrutura daquela autarquia exercem efetivamente funções de direção, chefia e assessoramento, deixando a deliberação quanto ao atendimento da Decisão nº 4.218/13 para depois.

Nesta fase, a Unidade Técnica sugere ao Tribunal que: a) tome conhecimento dos resultados da inspeção e dos documentos juntados aos autos; b) considere não cumprida a Decisão nº 4.218/13; c) determine ao PROCON e à SEJUS que, no prazo de 60 dias, promovam o retorno dos servidores comissionados às unidades nas quais deveriam estar desempenhando suas funções (direção, chefia ou assessoramento), bem como providenciem a substituição dos servidores comissionados ocupantes dos 66 cargos de Assessor Técnico dos núcleos de atendimento, por candidatos aprovados em concurso público, vez que as funções desses cargos não são de direção, chefia ou assessoramento, adotando mesma medida em relação a outros na mesma situação; d) autorize o retorno dos autos à SEFIPE.

MPJTCDF acolhe as sugestões da Unidade Técnica.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 9.947/12

Rubrica: _____

Voto convergente, com ajustes. Conhecimento dos resultados da inspeção e dos documentos juntados aos autos. Não cumprimento da Decisão nº 4.218/13. Possibilidade de substituição de servidores comissionados, cujas atribuições não guardam relação com direção, chefia e assessoramento, por servidores concursados, sem comprometimento da força de trabalho e do limite de gasto de pessoal do Poder Executivo local. Determinações. Ajuste do prazo para atendimento das determinações. Devolução dos autos à SEFIPE.

RELATÓRIO

Tratam os autos de denúncias oferecidas por cidadãos sobre possíveis irregularidades na admissão de pessoal no PROCON, bem como da Representação nº 16/12-CF, que consistem na preterição da nomeação de candidatos concursados em razão do exercício das atribuições pertinentes por servidores ocupantes de cargos em comissão. As denúncias reportam-se ao concurso público aberto pelo Edital nº 01/11-SEAP/PROCON.

De início, o Corpo Técnico traz um rápido histórico das determinações do Tribunal nos autos, *in verbis*:

“2. Após análise da matéria, o Tribunal proferiu a Decisão n.º 71/12 (fl. 133), por meio da qual decidiu, entre outras providências:

“II - determinar ao Procon/DF e à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania que, à vista do que dispõem o art. 37, inciso V, da Constituição Federal, o art. 19, inciso V, da LODF e o art. 5º da LC nº 840/11, providenciem, no prazo de 60 (sessenta) dias, a substituição dos ocupantes de cargo em comissão no Procon/DF que não exerçam funções de direção, chefia ou assessoramento por candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 1/11-SEAP/PROCON, publicado no DODF de 09.08.11; III - encaminhar cópia desta decisão ao MPDFT e aos denunciante(s).”

3. Em resposta à referida deliberação, o PROCON/DF e a SEJUS encaminharam a documentação de fls. 145/157 e 158/176, respectivamente. Todavia, esta Corte considerou insatisfatório o cumprimento daquela determinação, nos termos da Decisão n.º 6.673/12 (fl. 230), de seguinte teor:

“I – tomar conhecimento dos Ofícios de nºs: a) 315/2012-DG/IDC-PROCON-DF e anexos de folhas 145 a 157; b) 1883/2012-Gabinete e documentos de folhas 158 a 176; II – considerar insatisfatoriamente cumprida a Decisão nº 71/2012; III – encaminhar ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal cópia da instrução da Sefipe de fls. 209/219, bem como do Parecer 1.777/2012-CF (fl. 226 e 226-v), com o fim de melhor esclarecer-lhe a respeito da matéria tratada nos autos; IV – solicitar ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal que preste, no prazo de 30 (trinta) dias, os esclarecimentos que julgar necessários acerca das considerações externadas pela unidade técnica na instrução de fls. 209/219.”

4. Em que pese a ausência de manifestação do Sr. Governador do DF, mas considerando a juntada aos autos de documentos novos, esta Corte deliberou, a teor da Decisão n.º 4218/13 (fls. 298/299), por:

“III – dispensar o Excelentíssimo Sr. Governador do Distrito Federal do cumprimento da Decisão nº 6.673/12, em face da nomeação de 116 (cento e dezesseis) candidatos aprovados no concurso público objeto do Edital nº 1/2011-SEAP/PROCON; IV – reiterar ao PROCON e à Secretaria de Justiça, para cumprimento, no menor tempo possível, ou até no máximo o preenchimento das 200 vagas do concurso, a determinação contida no item II da Decisão nº 71/12, tendo em vista que ainda há no PROCON, pelas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 9.947/12

Rubrica: _____

informações constantes dos autos, servidores ocupantes de cargos comissionados que não exercem funções de direção, chefia ou assessoramento e que não foram substituídos por candidatos aprovados no concurso, o que será objeto de verificação em auditoria; **V** – determinar à Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal que informe, no prazo de 60 dias, as medidas adotadas com vistas a propiciar o atendimento, pelo PROCON e pela Secretaria de Justiça, da determinação contida no item II da Decisão n.º 71/12 (“... substituição dos ocupantes de cargo em comissão no Procon/DF que não exerçam funções de direção, chefia ou assessoramento por candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital n.º 1/11-SEAP/PROCON, publicado no DODF de 09.08.11”); **VI** – orientar o PROCON acerca: a) do disposto no caput do art. 2º da Lei local n.º 4.858/12, bem como da recente declaração de inconstitucionalidade do § 3º do art. 2º daquela norma, feita no bojo da ADIn n.º 2012.00.2.016845-4; b) da necessidade de efetivamente prover todas as vagas previstas em edital, durante a vigência do prazo de validade do certame, de acordo com a legislação (art. 14, § 2º, da LC n.º 841/11) e a jurisprudência vigentes, lembrando que, para tanto, é imperiosa, à luz do disposto no § 5º do art. 17 da LC n.º 840/11, a anulação da nomeação dos candidatos que não tomaram posse; **VII** – recomendar à Secretaria de Estado de Administração Pública do DF a atualização dos dados constantes de sua página eletrônica, “especificamente na aba “Administração Pública – Concursos”, eis que não disponibiliza todos os editais relativos aos concursos públicos ali especificados, não tendo sido alimentadas novas admissões em tempo hábil, o que compromete a confiabilidade da consulta àquele sítio;

5. Em atendimento à sobredita deliberação, foi encaminhada a documentação de fls. 306/350 pela SEJUS, bem como pelo PROCON/DF. Todavia, no entender desta Unidade Técnica, constante da instrução precedente (fls. 352/358), a diligência objeto do item IV da referida decisão não teria sido cumprida, vez que os elementos trazidos à baila indicariam a permanência ainda de servidores comissionados desempenhando funções operacionais, a par de ter havido várias nomeações de candidatos aprovados no concurso em comento.

6. Dessa forma, propusemos que fosse dado efetivo cumprimento à Decisão n.º 4218/13, no sentido de que fosse promovida a substituição dos servidores em cargos comissionados, cujo exercício não guarda materialidade com as atribuições de chefia, assessoramento e direção, por candidatos aprovados em concurso público, que aguardam nomeação, o que foi acolhido pelo Ministério Público junto a esta Corte, mediante o Parecer n.º 0262/2014 – CF (fls. 361/362).

7. Nada obstante, o Conselheiro Relator do feito, considerando a possibilidade de que o quadro delineado em 2012, sobre os servidores comissionados da autarquia, pudesse ter sofrido alteração, sobretudo em face da nomeação de candidatos aprovados em concurso, votou por realização de nova inspeção no PROCON/DF, para se verificar, concretamente, se todos os ocupantes de cargos em comissão da autarquia exercem efetivamente funções de direção, chefia e assessoramento, deliberando-se quanto ao cumprimento da Decisão n.º 4218/13 somente após a conclusão da fiscalização proposta, o que foi acolhido, à unanimidade pelo Egrégio Plenário, nos termos da Decisão n.º 2095/14 (fl. 374).

8. Juntou-se aos autos o Ofício n.º 570/2014 – GABINETE e anexos (fls. 377/379), encaminhado pela SEJUS, mediante o qual se noticia a nomeação de 55 (cinquenta e cinco) candidatos aprovados no concurso do PROCON/DF, perfazendo-se um total de 210 (duzentos e dez) candidatos nomeados para cargos de nível médio e superior da carreira do PROCON/DF, desde a homologação do edital de resultado final.”

Na sequência, tendo em conta a inspeção autorizada pela Decisão n.º 2.095/14 (fl. 374), apresenta o resultado da aludida fiscalização mediante as seguintes considerações:

“9. Releva esclarecer, inicialmente, que ao ser autorizada a inspeção em comento já estávamos realizando auditoria de regularidade no PROCON/DF, no bojo do Processo n.º 19734/14, com o objetivo de verificar o efetivo cumprimento da Resolução TCDF n.º 168/04, relativamente a admissões de servidores efetivos, razão pela qual mediante a nota de fl. 380 solicitamos as informações pretendidas pela Corte para elucidação da matéria.

10. Em resposta, o PROCON/DF apresentou os documentos de fls. 381/407, cujas informações foram posteriormente atualizadas (fls. 408/450) e utilizadas para a confecção do presente relatório. A análise dos dados revelou que a situação de ilegalidade ainda persiste na estrutura de cargos comissionados do jurisdicionado como a seguir se demonstrará. Nesse sentido, importa mencionar que trataremos primeiramente dos cargos comissionados do PROCON/DF e posteriormente teceremos algumas considerações pertinentes sobre os servidores efetivos, que também integram a autarquia. Vejamos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 9.947/12

Rubrica: _____

11. A estrutura de administrativa do PROCON é composta, no momento, de 114 (cento e quatorze) cargos comissionados, dos quais 112 (cento e doze) estão ocupados, conforme os documentos de fls. 408/412. Cumpre informar que 107 (cento e sete) servidores ocupantes dos cargos comissionados não possuem vínculo com a Administração Pública, o que representa 93,85% do total de cargos desse tipo (fls. 413/418).

12. No âmbito do DF, a Lei n.º 4858/12 regulamentou, no Poder Executivo, o art. 19, V, da LODF, estabelecendo, no art. 2º, que “pelo menos cinquenta por cento do total de cargos em comissão, incluídos os cargos de natureza especial, da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, devem ser exercidos por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo”. O § 3º desse dispositivo dispõe que a apuração dos cinquenta por cento de cargos em comissão de que trata este artigo é feita em relação ao total de cargos em comissão da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e é alvo de questionamento no bojo da ADIn n.º 2012.00.2.016845-4.

13. Em de 25/06/13, o TJDF julgou a ADIn procedente para declarar a inconstitucionalidade do § 3º do art. 2º da Lei Distrital n.º 4858/12, com efeitos ex-tunc e eficácia erga omnes, pendente de julgamento recurso extraordinário interposto pelo Sr. Governador do DF. Assim, a regra vigente é a do cálculo por órgão.

14. A ocupação de cargos comissionados por servidores sem vínculo efetivo com a Administração pública tem amplo tratamento no âmbito desta Corte nos autos do Processo n.º 20690/06¹, a par de também receber atenção em processos específicos. Naqueles autos, esta Corte decidiu sobrestar a análise do feito até o trânsito em julgado da ADIn n.º 2012.00.2.016845-4, comentada alhures, nos termos do item IV, 1, da Decisão n.º 247/14.

15. Nesse contexto, em que pese o PROCON/DF não atenda ao percentual estabelecido pela LODF para ocupação de cargos em comissão por servidores não efetivos (o que também foi identificado no Processo n.º 20690/06), estando a autarquia bem acima do limite previsto, a questão será oportunamente tratada naqueles autos, quando do deslinde da referida ação direta, razão pela qual não são necessárias proposições adicionais no presente processo.

16. Relativamente à natureza das funções exercidas pelos servidores comissionados do PROCON/DF, da conjugação das tabelas de fls. 408/412 e 419/437, pode-se concluir que as atribuições do cargo comissionado de Assessor Técnico dos núcleos de atendimento não têm natureza de direção, chefia ou assessoramento, mas pelo contrário, são estritamente operacionais, consubstanciadas, em síntese, no recebimento de reclamações e respectiva instrução ao consumidor, quanto a seus direitos e deveres.

17. Aliás, as competências desses núcleos estão listadas nos arts. 17, 19 e 22, do Regimento Interno do PROCON/DF², aprovado pelo Decreto n.º 34668/13 (DODF de 16/09/13), nos quais se pode

¹ Cuida de inspeção realizada nos órgãos e entidades do DF visando apurar o cumprimento do disposto nos arts. 37, V, da CF, e 19, V, da LODF, nos termos da Decisão n.º 2469/06, proferida no Processo n.º 29048/05.

² Art. 17. Ao Núcleo de Atendimento Presencial, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Atendimento, compete:

I - prestar atendimento individualizado ao consumidor, via e-mail ou pessoalmente, por meio de informações e esclarecimentos inerentes à proteção e defesa dos seus direitos;

II - instruir o consumidor quanto aos seus direitos;

III - informar, orientar e esclarecer o consumidor na formulação de consultas e reclamações;

IV - adotar procedimentos iniciais de instauração e abertura de denúncias e reclamações;

V - pronunciar-se, em caráter preliminar, sobre a documentação necessária para registro de reclamações;

VI - encaminhar o consumidor ao órgão competente, quando necessário;

VII - promover diligências iniciais com vistas à resolução dos conflitos submetidos à apreciação do órgão;

VIII - encaminhar as demandas a outros setores de competência, respeitando os prazos legais estabelecidos; e

IX - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

(...)

Art. 19. Ao Núcleo de Atendimento Telefônico, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Atendimento, compete:

I - prestar atendimento telefônico e individualizado pelo serviço PROCON 151, por meio de informações e esclarecimentos acerca das relações de consumo, procedendo à abertura de denúncia/reclamação, ou quando for o caso, por meio de encaminhamento ao atendimento presencial;

II - orientar, informar e esclarecer ao consumidor na formulação de consultas e reclamações;

III - receber denúncias e encaminhá-las à Gerência de Atendimento;

IV - atualizar informações junto ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor; e

V - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

(...)

Art. 22. Aos Núcleos de Atendimento Regionais, unidades orgânicas de execução, diretamente subordinadas à Gerência de Núcleos Regionais, competem:

I - instruir o consumidor quanto aos seus direitos;

II - receber reclamações do consumidor sobre a prática de abusos;

III - informar, orientar e esclarecer o consumidor na formulação de consultas e reclamações;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 9.947/12

Rubrica: _____

verificar que tais atividades não são afetas a cargos comissionados, salvo as dos respectivos chefes dos setores.

18. A tabela a seguir elaborada a partir das informações constantes do SIGRH – Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos³ ilustra os núcleos em questão, bem como o número de cargos comissionados:

Núcleo	N.º de Cargos Comissionados de Assessor Técnico
Núcleo de Atendimento Presencial	26
Núcleo de Atendimento Telefônico	19
Núcleo de Atendimento de Brasília	2
Núcleo de Atendimento de Brazlândia	2
Núcleo de Atendimento de Ceilândia	4
Núcleo de Atendimento do Gama	3
Núcleo de Atendimento do Guará	1
Núcleo de Atendimento de Sobradinho	1
Núcleo de Atendimento de Taguatinga	8
Total	66

19. Verifica-se que, do total de cargos comissionados do PROCON/DF (114), existem ao menos 66 (sessenta e seis), cujas atribuições não guardam relação com o que determina a CF, o que resulta em aproximadamente 57,9% de servidores comissionados que não exercem funções afetas a esse tipo de provimento. Tal situação, em nosso sentir, afronta os princípios da moralidade, da impessoabilidade e da razoabilidade que devem nortear a Administração Pública.

20. Aliás, pode-se inferir da estrutura de fls. 408/411 que, dos 114 (cento e quatorze) cargos em comissão da autarquia, 29 (vinte e nove) são de direção e chefia e 85 (oitenta e cinco) são de assessoria, o que representa uma proporção de quase 3 assessores para cada chefe, o que, a nosso ver, não é razoável. Nessa quadra, impõe-se a substituição dos servidores comissionados mencionados no parágrafo 19 por candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital n.º 1/2011 – SEAP/PROCON (DODF de 09/08/11), para os cargos de Analista de Atividades de Defesa do Consumidor, Fiscal de Defesa do Consumidor e Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor.

21. Assim, pelos elementos até então expostos, pode-se concluir que o PROCON/DF não cumpriu a Decisão n.º 4218/13. Mas não é só. No curso da fiscalização identificamos outras situações que merecem a atenção do Tribunal, sendo passíveis de medidas corretivas urgentes pela Administração.

22. Também a partir da tabela de fls. 419/437, constatamos que existem 67 (sessenta e sete) servidores comissionados que, inobstante tenham sido nomeados para cargo comissionado de determinada unidade administrativa da autarquia, na realidade, estão lotados em outras, o que torna a estrutura administrativa de cargos comissionados do PROCON/DF (fls. 408/412) meramente fictícia. Elaboramos a tabela a seguir que ilustra essa situação:

Nome	Cargo	Símbolo	Lotação SIGRH	Lotação Real
Victor Mattioli Correa	Assessor Jurídico	DFA-14	Diretoria Jurídica	Assessoria Técnica
Liana Neves de Carvalho	Assessor Jurídico	DFA-14	Diretoria Jurídica	
Samara Lopo Correa	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	

IV - promover conciliações entre as partes interessadas, consumidor e fornecedor;

V - encaminhar o consumidor aos demais órgãos competentes, quando se fizer necessário;

VI - manter atualizados os dados, cadastro de reclamações e estatísticas, junto ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor;

VII - sugerir, quando necessário, o encaminhamento de reclamações fundamentadas aos órgãos competentes;

VIII - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços em tramitação; e

IX - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

³ Na tabela de fls. 419/437, verifica-se a existência de núcleos de atendimento no Núcleo Bandeirante e no Riacho Fundo, que não fazem parte da estrutura administrativa constante do SIGRH (fls. 408/412), muito embora estejam em funcionamento, segundo o Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas do PROCON/DF. Assim, os servidores que trabalham nesses núcleos têm lotação em uma das unidades que estão registradas naquele sistema, quando na realidade trabalham em outra. De qualquer forma, tal constatação não prejudica as conclusões sobre as atribuições desses cargos comissionados, pois o exercício dessas atividades em uma ou em outra unidade não tem natureza de direção, chefia ou assessoramento. Cabe esclarecer que o mencionado desvio de função será detalhado adiante no presente relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 9.947/12

Rubrica: _____

Carla G. F. Campos da Costa	Assessor Técnico	DFA-10	Escola do Consumidor	Gabinete
Anderson Viana Garcia Mendes	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Diretoria de Apoio Operacional
Ubiragi Dantas Brandao	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Larisse C. Teixeira Fernandes	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo De Atendimento Presencial	
Ricardo C. Matos Dos Santos	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo De Atendimento Presencial	
Bruno Caleo Araruna de Oliveira	Assessor Jurídico	DFA-14	Diretoria Jurídica	Diretoria de Fiscalização
Alessandro Santos Silva	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento do Guará	Escola do Consumidor
Dassio Antonio Isaías de Lucena	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Laila do Nascimento Camilo	Chefe	DFG-12	Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas	
Marcela da Silva La Porta	Assessor Técnico	DFA-10	Gabinete	
Maria A. Quiteria Marcelino	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Gerência de Conciliação
Ana Lucia Pacheco	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Danilis Costa Coelho	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Marinete Melo de Miranda	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Antonia Barroso Lima	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	Gerência de Núcleos Regionais
Geyse Kelly Ferreira dos Santos	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Jose Osny Lopes Campos	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Victoria Regia Dias Custodio	Assessor	DFA-12	Diretoria de Fiscalização	
Fabiana Sampaio da Costa	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas
Mayerlle de Sousa Barbosa	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	Núcleo de Apoio à Tecnologia da Informação
Bruno Teixeira Lima	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Apoio Ao Suporte Administrativo
Debora Dantas do Nascimento	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Maria da C. Ferreira Evangelista	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Pablo Juan Jorge Argolo	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Waldirene Mauricia De Araujo	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	Núcleo de Atendimento de Brasília
Fabiana da Silva Cabral	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Paulo Cesar Gomes Leite	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Luana Paula Magalhaes Ferreira	Assessor Técnico	DFA-10	Escola do Consumidor	
Diely Maiara Rodrigues Araujo	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Atendimento de Brasília
Aldemar Sebastiao de Almeida	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Atendimento de Ceilândia
Diego Soares Sousa	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento de	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 9.947/12

Rubrica: _____

			<i>Taguatinga</i>	
Eva Alves Dias	Assessor	DFA-12	Diretoria de Fiscalização	
Katia Coelho Lima Dias	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Raquel Quirino Bernardo	Assessor	DFA-12	Diretoria de Fiscalização	
Nelci Rosa Marinho	Chefe	DFG-12	Núcleo de Atendimento Telefônico	Núcleo de Atendimento do Núcleo Bandeirante
Ana Carla de Sousa Campos	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Atendimento de Planaltina
Stefany Candida Farias	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Atendimento do Riacho Fundo
Italo Henrique Martim de Lima	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento do Gama	Núcleo de Atendimento do Riacho Fundo
Walquiria Fernandes de M. Peres	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento de Taguatinga	
Cynthia Souza de Almeida	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento de Ceilândia	
Daniela Felix Lopes	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Atendimento de Sobradinho
Rafael Silva Santos	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento de Brasília	
Carla Alves Pinto	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento de Brasília	
Nivaldo Bispo dos Santos Filho	Chefe	DFG-12	Núcleo de Atendimento de Ceilândia	Núcleo de Atendimento de Taguatinga
Maria Eliete Santana da Silva	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	Núcleo de Atendimento do Gama
Luana Lopes de Oliveira	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Atendimento do Guarã
Luiz Andre dos Santos	Assessor Técnico	DFA-10	Gerência de Conciliação	
Alessandra Cristina de Andrade	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento de Taguatinga	
Cristiane Macedo Gama	Gerente	DFG-14	Gerência de Suporte Operacional	
Mario Benedicto da Silva Filho	Chefe	DFG-12	Núcleo de Atendimento de Brasília	Núcleo de Atendimento Presencial
Silvana Barbosa da Silva	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Susleide Gomes de Castro	Assessor Técnico	DFA-10	Escola do Consumidor	
Hemelly Dayse Lima Nascimento	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento de Taguatinga	
Jose Robson Oliveira Costa	Chefe	DFG-12	Núcleo de Atendimento de Taguatinga	Núcleo de Atendimento Telefônico
Lucas Felipe Sousa Ferreira	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Milene N. F. Moreira Teixeira	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Ivan Lima Montelo	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Apoio Ao Suporte Operacional
Edinelia Guimaraes Lemos	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento De Taguatinga	Procuradoria (1)
Layane Mayara de Sousa	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Gerência De Atendimento
Elayne Mendes Nunes	Gerente	DFG-14	Gerência de Atendimento	SEJUS (2)
Raúl Macedo de Carvalho	Assessor de Imprensa	DFA-14	Assessoria Técnica	
Sindomar Afonso Pinto	Assessor	DFA-14	Conselho de Adm. do Fundo de Defesa dos Dir. do Consumidor	SEJUS (2)
Gilmar Alves Ribeiro	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	Núcleo de Acompanhamento e Retorno (3)
Wilton Satil de Sousa	Assessor Técnico	DFA-10	Escola do Consumidor	

(1) Setor que não existe na estrutura administrativa formal, mas que existe fisicamente na autarquia.

(2) Servidores que desempenham suas atividades na SEJUS mediante ordem de serviço.

(3) Núcleo extinto, porém com servidores ainda exercendo atividades no setor.

23. Assim, são 59,8% servidores comissionados que trabalham fora das unidades que contém os cargos para os quais foram nomeados, desempenhando funções que são alheias às que de fato deveriam ser desenvolvidas.

24. Nesse contexto, veja-se, a título de exemplo, a situação dos servidores destacados na tabela acima: Laila do Nascimento Camilo, Nelci Rosa Marinho, Nivaldo Bispo dos Santos Filho, Mario Benedicto da Silva Filho e Jose Robson Oliveira Costa são, respectivamente, chefes dos Núcleos de Apoio à Gestão de Pessoas, de Atendimento Telefônico, de Atendimento de Ceilândia, de Atendimento de Brasília e de Atendimento de Taguatinga. Já as servidoras Cristiane Macedo Gama e Elayne Mendes Nunes são gerentes da Gerência de Suporte Operacional e da Gerência de Atendimento, respectivamente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 9.947/12

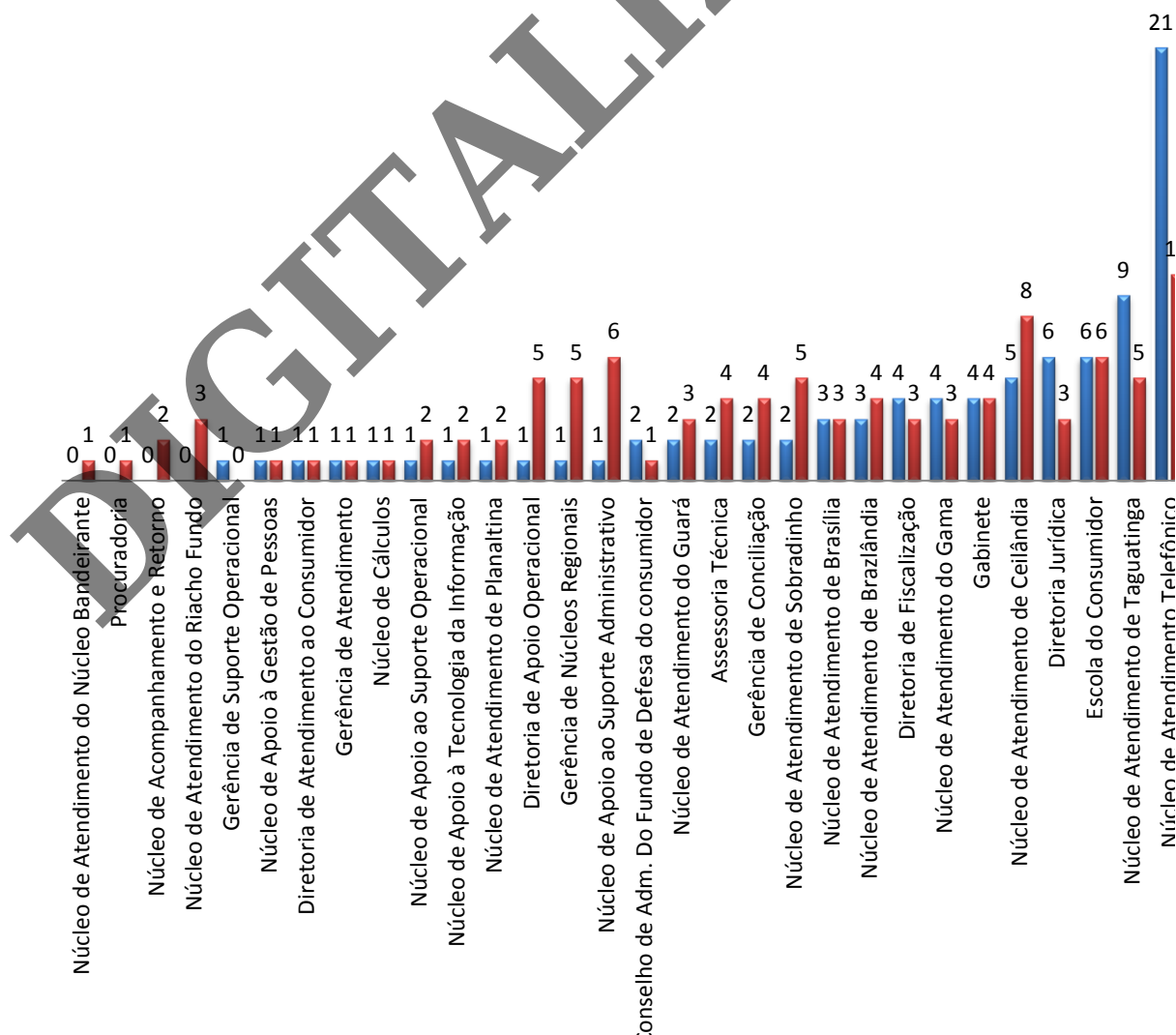
Rubrica: _____

25. Em que pese os referidos servidores detenham o mais alto cargo dessas unidades, não desempenham as atribuições de chefia que deviam, posto que estão lotados em outras pastas, razão pela qual é provável que outros servidores do setor arquem com esse ônus, sem, contudo, receberem a devida gratificação para tanto. Outrossim, convém destacar que a maioria deles desempenha funções nos núcleos de atendimento, unidades que, conforme comentado, revestem-se precipuamente de atividades rotineiras.

26. Registre-se, ademais, que com o quadro acima exposto torna-se difícil o controle da frequência dos servidores constantes da tabela acima. Isso porque as respectivas folhas de ponto provavelmente estão nas unidades onde os servidores deviam estar desempenhando suas funções e não onde efetivamente trabalham.

27. Vê-se, assim, quão esdrúxula e irregular é a situação vivenciada pelo PROCON/DF, na qual há completo desvirtuamento na utilização dos cargos em comissão da autarquia, notadamente em face de que pessoas nomeadas para cargos de chefia, sequer trabalham nos respectivos setores, desempenhando atribuições estritamente operacionais, em cabal afronta aos princípios constitucionais da moralidade, da razoabilidade, da impessoalidade e da economicidade.

28. A realidade fática dos cargos comissionados do PROCON/DF pode ser comparada com a estrutura administrativa prevista para a autarquia no gráfico seguinte. Veja-se:





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 9.947/12

Rubrica: _____

29. Da leitura do gráfico acima, constata-se que há identidade entre o número de cargos comissionados previstos e os que de fato ali estão lotados nas seguintes unidades: Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas, Diretoria de Atendimento ao Consumidor, Gerência de Atendimento, Núcleo de Cálculos, Núcleo de Atendimento de Brasília, Gabinete e Escola do Consumidor⁴.

30. Nas demais unidades há completo desequilíbrio entre a estrutura prevista e a real. Vale frisar que as maiores distorções ocorrem na Diretoria de Apoio Operacional, na Gerência de Núcleos Regionais, no Núcleo de Apoio ao Suporte Administrativo, no Núcleo de Atendimento Presencial e no Núcleo de Atendimento Telefônico. O número de servidores comissionados lotados nas três primeiras unidades supera em 400%, 400% e 500%, respectivamente, o número de cargos previstos. Porém, nos núcleos de atendimento presencial e telefônico, o número de servidores comissionados ali lotados representa, respectivamente, 37,03% e 47,61% do número previsto.

31. Observa-se, assim, que a realidade estrutural dos cargos comissionados do PROCON/DF está completamente dissociada do que foi previsto originariamente, razão pela qual medidas corretivas urgem ser tomadas, no sentido do imediato retorno dos servidores desviados às unidades de origem.

32. Passando agora à análise do quadro de servidores efetivos do PROCON/DF, verificamos que foram nomeados até o momento 210 candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital n.º 1/2011 – SEAP/PROCON (DODF de 09/08/11), conforme os documentos de fls. 451/454, retirados do endereço eletrônico da SEAP/DF. A tabela a seguir ilustra as vagas oferecidas pelo certame, bem como o número de candidatos nomeados por cargo:

Cargo	Vagas Oferecidas	N.º de Candidatos Nomeados
Analista de Atividades de Defesa do Consumidor	80	97
Fiscal de Defesa do Consumidor	60	39
Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor	60	74
Total	200	210

33. Pode-se verificar que no total houve nomeações além do número de vagas previstas para o certame, inobstante esse número seja inferior às vagas oferecidas para o cargo de Fiscal. Convém destacar, entretanto, que, dos candidatos nomeados, somente 119 (cento e dezenove) tomaram posse⁵, dos quais 35 (trinta e cinco) foram exonerados, a pedido, de maneira que existem no quadro da autarquia 84 servidores efetivos, conforme documentos de fls. 438/440 e 441/443.

34. Assim, o referido quantitativo representa 42% das vagas inicialmente previstas no concurso público, devendo as disponíveis serem preenchidas ao longo do prazo de validade do certame, que foi prorrogado por mais dois anos a contar de 02/03/14 (fl. 351).

35. A esse respeito, outro ponto que merece destaque é a comparação entre o número de servidores efetivos e o de comissionados por unidade da autarquia, com base na sua realidade. Com isso, pudemos constatar que alguns setores do PROCON/DF dispõem de um número maior de servidores comissionados do que de efetivos, sendo que em outros não há sequer servidores efetivos, o que, em nosso sentir, é mais grave ainda.

36. Vale ressaltar que tais situações não deveriam ocorrer, tendo em conta que em regra o número de cargos em comissão existe em menor quantidade, dada a sua natureza (direção, chefia ou assessoramento), corroborando a situação de ilegalidade em que mergulha a entidade. A partir da tabela de fls. 444/450, que relaciona os servidores comissionados e efetivos do PROCON/DF, elaboramos o seguinte gráfico:

⁴ Importa salientar, todavia, que só não há o desvio funcional acima citado na Gerência de Atendimento e no Núcleo de Cálculos, situação que ocorre nos outros setores listados.

⁵ É importante esclarecer que o número de nomeações tornadas sem efeito nos documentos de fls. 451/454, retirados do sítio da SEAP/DF está desatualizado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

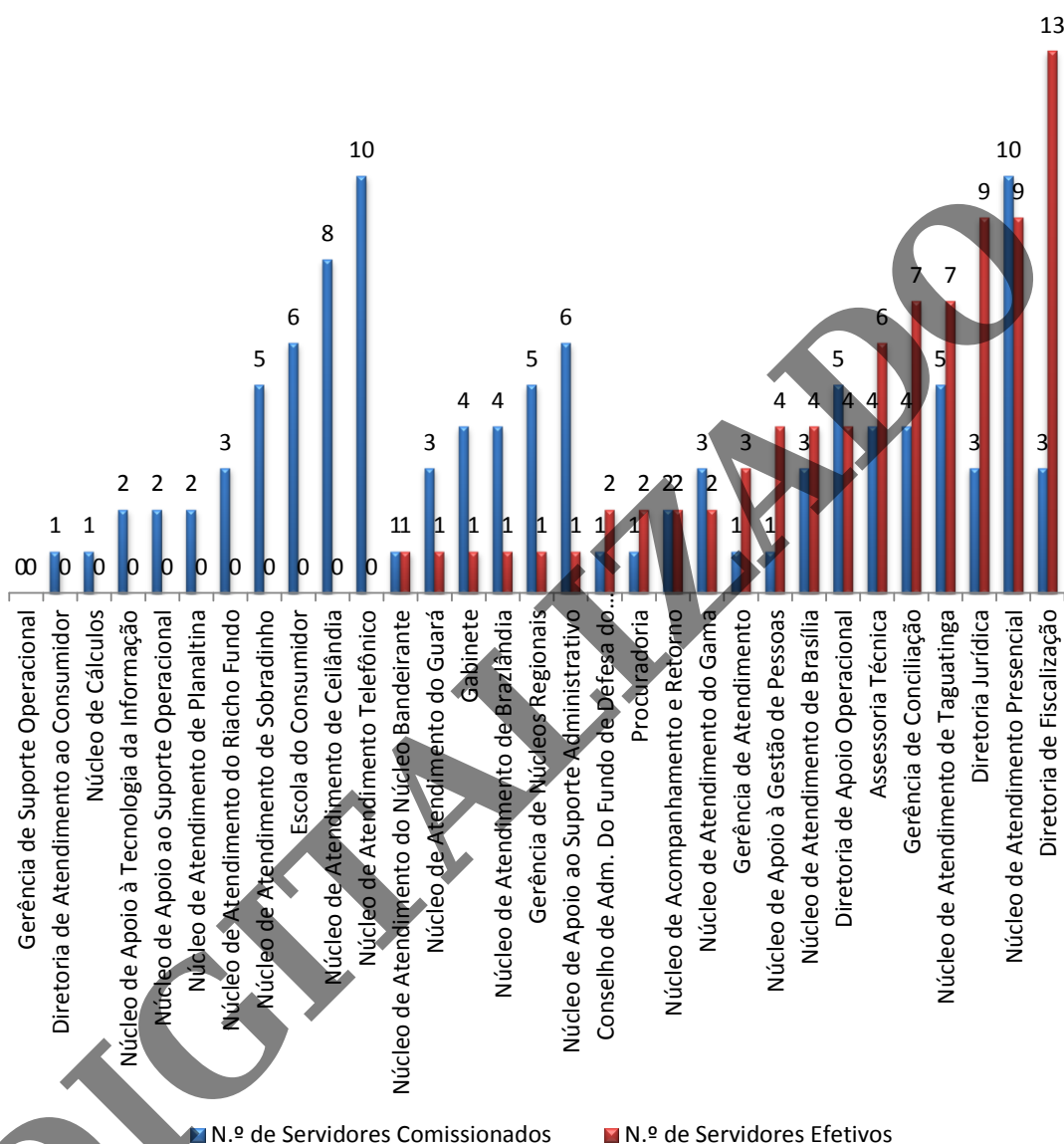
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 9.947/12

Rubrica: _____



(1) Foram considerados somente os servidores efetivos do quadro do PROCON/DF.

(2) Nos casos de cargos comissionados ocupados por servidores efetivos da carreira da autarquia, somente foi considerado o cargo em comissão, posto que o servidor se encontra no exercício desse tipo de vínculo.

37. Do gráfico acima, pode-se concluir que em 18 unidades do PROCON/DF o número de servidores comissionados supera o de efetivos, o que representa 58,06% do total dos setores da autarquia. Convém destacar que em 35,48% das unidades não há sequer servidores da carreira do PROCON/DF (na Gerência de Suporte Operacional também não há comissionados, estando a unidade sem qualquer tipo de servidor). Veja-se, por exemplo, a situação do Núcleo de Atendimento de Ceilândia, no qual há (10) dez servidores comissionados e nenhum efetivo.

38. Releva salientar, outrossim, que somente em 32,25% das pastas do PROCON/DF, o número de efetivos é maior que o de comissionados e, mesmo assim, em algumas unidades, esses números estão bem próximos um do outro. Nos demais setores da autarquia há identidade entre esses números.

39. Nesse contexto, a atual situação do PROCON/DF denota, no mínimo, que há desorganização em sua estrutura administrativa, na qual existem mais servidores comissionados do que efetivos, tanto do ponto de vista geral, quanto específico, nesse caso, na maior parte dos setores da entidade."

Conclui sua análise do seguinte modo:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 9.947/12

Rubrica: _____

“40. Com a presente fiscalização, chegamos substancialmente às seguintes conclusões, as quais requerem medidas corretivas pertinentes pelo PROCON/DF:

- a decisão n.º 4218/13 não foi cumprida, tendo em conta a existência no PROCON/DF de ao menos 66 (sessenta e seis) cargos em comissão de Assessor Técnico, cujas funções não são de direção, chefia ou assessoramento, notadamente nos núcleos de atendimento;
- apesar de terem sido admitidos 119 (centos e dezenove) candidatos aprovados em concurso público (dos quais, 35 já foram exonerados), tal situação não foi suficiente para substituição dos servidores comissionados que desempenham funções operacionais;
- das 200 (duzentas) vagas oferecidas no concurso público regulado pelo Edital n.º 1/2011 – SEAP/PROCON (DODF de 09/08/11), somente 84 (oitenta e quatro) estão providas;
- há 67 (sessenta e sete) servidores comissionados que estão desviados de suas funções, trabalhando em unidades distintas das que deveriam, situação que se agrava nos casos dos servidores que são chefes de unidades e que não desempenham as respectivas atribuições;
- a estrutura administrativa dos cargos em comissão da autarquia está completamente dissociada de sua realidade fática, que associada ao número diminuto de servidores efetivos, denota desorganização nos quadros do PROCON/DF; e
- a situação atual vivenciada pela entidade, relativamente a seus cargos comissionados, afronta aos princípios constitucionais da moralidade, da razoabilidade, da impessoalidade e da economicidade.”

Sugere, assim, ao egrégio Plenário que: a) tome conhecimento dos resultados da inspeção e dos documentos juntados aos autos; b) considere não cumprida a Decisão nº 4.218/13; c) determine ao PROCON e à SEJUS que, no prazo de 60 dias, promovam o retorno dos servidores comissionados às unidades nas quais deveriam estar desempenhando suas funções (direção, chefia ou assessoramento), bem como providenciem a substituição dos servidores comissionados ocupantes dos 66 cargos de Assessor Técnico dos núcleos de atendimento, por candidatos aprovados em concurso público, vez que as funções desses cargos não são de direção, chefia ou assessoramento, adotando mesma medida em relação a outros na mesma situação; d) autorize o retorno dos autos à SEFIPE.

O MPJTCDF, mediante o Parecer nº 1.086/14-CF, às fls. 481/482, acolhe as sugestões da Unidade Técnica.

É o relatório.

VOTO

Sabe-se que, em fase anterior, foi realizada inspeção para averiguar a procedência da denúncia que inaugura os autos, daí resultando a Decisão nº 71/12 (fl. 133). Na ocasião, embora constatada a existência de cargos comissionados que, na prática, não guardavam correlação com as funções de direção, chefia e assessoramento, não foi indicado precisamente quais os cargos em tal situação.

Por isso, na última assentada, consignei no meu voto que, devido ao longo tempo transcorrido desde então e à informação do PROCON de que a situação restaria regularizada, seria prudente a realização de nova inspeção para



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 9.947/12

Rubrica: _____

verificar se, de fato, as irregularidades estariam superadas, deixando para depois a deliberação quanto ao cumprimento da Decisão nº 4.218/13 (fls. 298/299), que determinara, mais uma vez, a regularização da situação. À unanimidade, o e. Plenário acolheu esse encaminhamento, a teor da Decisão nº 2.095/14 (fl. 374).

O Corpo Técnico apresentou, mediante o relatório de fls. 455/478, o resultado alcançado com a inspeção.

A bem abalizada cota da instrução, corroborada pelo parecer ministerial, retrata, com propriedade, a continuidade das irregularidades antes reportadas na estrutura de cargos comissionados do PROCON, situação que impõe o acolhimento das medidas sugeridas às fls. 473/477, com ajustes.

Com efeito, em que pese o fato de a estrutura administrativa do PROCON ser composta, no momento, por 114 cargos comissionados, dos quais 112 estão ocupados, salta aos olhos que, passados mais de dois anos da realização do primeiro concurso público para aquela autarquia, a autarquia conte com apenas 84 servidores efetivos desse concurso e que, do total de servidores comissionados, 107 não possuem vínculo com a Administração Pública, o que representa 93,85% do total de cargos desse tipo.

A propósito, devido à discussão em curso nos autos do Processo nº 20.690/06, registro, apenas de passagem, que a Lei nº 4.858/12 regulamentou, no âmbito do Poder Executivo local, o disposto no art. 19, V, da LODF, ao estabelecer que ao menos 50% dos cargos comissionados devem ser exercidos por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo. Embora o § 3º do aludido dispositivo tenha fixado que a apuração desse percentual deve ser feita em relação ao total de cargos em comissão da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, o mesmo foi julgado inconstitucional pelo TJDF quando do julgamento da ADI nº 2012.00.2.016845-4. O recurso interposto pelo Distrito Federal ainda pende de julgamento, de sorte que, no momento, prevalece a regra de que o cálculo deve ser feito por órgão.

Após confrontar os dados constantes das tabelas de fls. 408/412 e 419/437, a instrução concluiu que as atribuições do cargo comissionado de Assessor Técnico dos núcleos de atendimento não têm natureza de direção, chefia ou assessoramento, constituindo-se, em realidade, em atividades estritamente operacionais, consubstanciadas, basicamente, no recebimento de reclamações e respectiva instrução aos consumidores quanto a seus direitos e deveres. Na prática, as atividades deveriam estar sendo desempenhadas por servidores efetivos, pois, por disposição expressa da CRFB e da LODF⁶, os cargos

⁶ CRFB

Art. 37 [...]

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

LODF

Art.19 [...]

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e pelo menos cinquenta por cento dos cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos e condições previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 9.947/12
Rubrica: _____

comissionados devem se restringir às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Do total de cargos comissionados previstos na estrutura funcional do PROCON, no total de 114, existem ao menos 66 cujas atribuições não guardam relação com o que determina a Constituição, o que resulta em aproximadamente 57,9% de servidores comissionados que não exercem funções afetas a esse tipo de provimento. À evidência, tal situação afronta, no mínimo, além dos princípios da moralidade, da impessoalidade e da razoabilidade, reportados pela instrução, o da legalidade.

Adicionalmente, a fiscalização identificou outras situações que, igualmente, merecem uma atenção especial por parte do Tribunal, quais sejam:

a) servidores comissionados lotados em unidades diferentes daquelas para as quais foram nomeados:

1) a partir da tabela de fls. 419/437, constata-se a existência de 67 servidores comissionados que, inobstante tenham sido nomeados para cargo comissionado de determinada unidade administrativa da autarquia, na realidade, estão lotados em outras, o que torna a estrutura administrativa de cargos comissionados do PROCON (fls. 408/412) meramente fictícia. Essa situação torna difícil o controle da frequência de tais servidores, pois as respectivas folhas de ponto provavelmente estão nas unidades onde deviam estar desempenhando suas funções e não onde efetivamente trabalham;

2) no caso, 59,8% dos servidores comissionados trabalham fora das unidades que contêm os cargos para os quais foram nomeados, desempenhando funções que são alheias às que de fato deveriam ser desenvolvidas;

3) apesar de os referidos servidores deterem o mais alto cargo dessas unidades, não desempenham as atribuições de chefia que deviam, pois estão lotados em outras pastas, razão pela qual é provável que outros servidores do setor arquem com esse ônus, sem, contudo, receberem a devida gratificação para tanto. A maioria deles desempenha funções nos núcleos de atendimento, unidades que se revestem precipuamente de atividades rotineiras;

b) descompasso entre a estrutura de cargos real e a prevista:

1) exceto em relação a algumas unidades, há completo desequilíbrio entre a estrutura prevista e a real, cujas distorções, em determinados casos, superam em até 400% ou 500% o número de cargos previstos, e, em outros casos, ao contrário, representa menos de 50% do número previsto;

c) pequeno número de servidores efetivos:

1) embora tenham sido nomeados, até o momento, 210 candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 1/11 – SEAP/PROCON, conforme os documentos de fls. 451/454, apenas 119 tomaram posse, dos quais 35 foram exonerados, a pedido, de maneira que existem no quadro da autarquia somente 84 servidores efetivos, conforme documentos de fls. 438/440 e 441/443;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 9.947/12

Rubrica: _____

2) o quantitativo atual de servidores efetivos do último concurso (84 no total) representa 42% das vagas inicialmente previstas no concurso público, devendo as disponíveis serem preenchidas ao longo do prazo de validade do certame, que foi prorrogado por mais dois anos a contar de 02.03.14 (fl. 351);

3) comparando-se o número de servidores efetivos com o de comissionados, por unidade da autarquia, nota-se que alguns setores do PROCON dispõem de um número maior de servidores comissionados do que de efetivos, sendo que em outros não há sequer servidores efetivos, o que é ainda mais grave. Essa situação não deveria existir, pois, em regra, o número de cargos em comissão deve ser menor do que o de cargos efetivos, notadamente em face de sua natureza peculiar de direção, chefia ou assessoramento;

4) em 18 unidades do PROCON, o número de servidores comissionados supera o de efetivos, o que representa 58,06% do total dos setores da autarquia. Em 35,48% das unidades não há sequer servidores da carreira do PROCON. A título de exemplo, veja-se a situação do Núcleo de Atendimento de Ceilândia, no qual há dez servidores comissionados e nenhum efetivo;

5) somente em 32,25% das pastas do PROCON o número de efetivos é maior que o de comissionados e, mesmo assim, em algumas unidades, esses números estão bem próximos um do outro. Nos demais setores da autarquia há identidade entre esses números.

Vejo, pois, que o PROCON não cumpriu a Decisão nº 4.218/13, persistindo, ainda, cargos cujas atribuições, na prática, não guardam relação com as atribuições de direção, chefia e assessoramento. Há completo desvirtuamento na utilização dos cargos em comissão da autarquia, notadamente porque pessoas nomeadas para cargos de chefia sequer trabalham nos respectivos setores, desempenhando atribuições estritamente operacionais, em cabal afronta, novamente, aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da razoabilidade, da impessoalidade e da economicidade, além de indicar uma clara desorganização administrativa.

Considerando os resultados alcançados com a inspeção, não me parece crível que, naqueles núcleos em que a totalidade é de servidores comissionados, esses sejam chefes, assessores e diretores entre si mesmos. Por isso, tenho dificuldade para acolher, por exemplo, o argumento de fls. 145/147 e 158/159, no sentido de que *“todos os cargos em comissão existentes atualmente no PROCON/DF constituem funções de direção, chefia, e assessoramento”*, ou que *“a redução drástica da quantidade de servidores impactaria na qualidade dos serviços prestados pelo PROCON/DF”*. Sobre esse último aspecto, tenho por necessário tecer algumas considerações.

Pois bem. Não obstante a difícil situação fiscal por que passa o Distrito Federal, que resultou, inclusive, na emissão de alerta ao Chefe do Poder Executivo recentemente, devido à extrapolação de 90% do limite máximo de gastos com pessoal, conforme o Processo nº 28.423/14, a substituição dos servidores comissionados que não ocupem funções de direção, chefia e assessoramento, por servidores efetivos, dificilmente comprometeria a força de trabalho da autarquia ou agravaria, ainda mais, o cenário atual das contas públicas do DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 9.947/12
Rubrica: _____

Conforme fiz questão de registrar no voto anterior, em tese, a nomeação de servidores efetivos, em quantitativo compatível com os recursos orçamentários oriundos da redução de cargos comissionados, não impactaria no limite de gastos com pessoal declarado pela SEAP, às fls. 306/307, tendo em vista que: a) foram extintos 30 cargos comissionados, reduzindo o total de servidores ocupantes desses cargos para 114; b) como não foram repostas as nomeações tornadas sem efeito ou decorrentes de exoneração (de um total de 44), não haveria aumento da despesa prevista com a nomeação de candidatos para ocupar tais vagas, pois se houve previsão para contratação daqueles, haveria também para esses; c) somando o total de cargos comissionados extintos (30) com o de nomeações tornadas sem efeito (44), resulta em 74 o número de cargos que podem ser preenchidos por servidores concursados, número esse bem próximo dos que ainda faltam preencher por concursados.

Finalmente, considerando que, em 1º de janeiro de 2015, toma posse o novo Governador do DF, seria prudente conceder ao PROCON e à SEJUS o prazo de 120 (cento e vinte) dias para atendimento das medidas determinadas pelo Tribunal.

Diante de todo o exposto, adotando como razões de decidir os pareceres lançados nos autos, **VOTO**, com ajustes, no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento dos resultados da inspeção realizada no Instituto de Defesa do Consumidor – PROCON/DF, bem como dos documentos de fls. 377/454;

II – considere não cumprida a Decisão nº 4.218/13;

III – determine ao Instituto de Defesa do Consumidor – PROCON/DF e à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias:

a) promovam o retorno dos servidores comissionados constantes da tabela seguinte às unidades nas quais deveriam estar desempenhando suas funções (direção, chefia ou assessoramento), vez que tal desvio afronta os princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da razoabilidade, da impessoalidade e da economicidade:

Nome	Cargo	Símbolo	Lotação SIGRH	Lotação Real
Victor Mattioli Correa	Assessor Jurídico	DFA-14	Diretoria Jurídica	Assessoria Técnica
Liana Neves de Carvalho	Assessor Jurídico	DFA-14	Diretoria Jurídica	
Samara Lopo Correa	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Carla G. F. Campos da Costa	Assessor Técnico	DFA-10	Escola do Consumidor	Gabinete
Anderson Viana Garcia Mendes	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Diretoria de Apoio Operacional
Ubiragi Dantas Brandao	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Larisse C. Teixeira Fernandes	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo De Atendimento Presencial	
Ricardo C. Matos Dos Santos	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo De Atendimento Presencial	
Bruno Caleo Araruna de Oliveira	Assessor Jurídico	DFA-14	Diretoria Jurídica	Diretoria de Fiscalização
Alessandro Santos Silva	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento do Guará	Escola do Consumidor
Dassio Antonio Isaias de Lucena	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL **Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 9.947/12

Rubrica: _____

Laila do Nascimento Camilo	Chefe	DFG-12	Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas	
Marcela da Silva La Porta	Assessor Técnico	DFA-10	Gabinete	
Maria A. Quiteria Marcelino	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Ana Lucia Pacheco	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	Gerência de Conciliação
Danilis Costa Coelho	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Marinete Melo de Miranda	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Antonia Barroso Lima	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Geyse Kelly Ferreira dos Santos	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Gerência de Núcleos Regionais
Jose Osny Lopes Campos	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Victoria Regia Dias Custodio	Assessor	DFA-12	Diretoria de Fiscalização	
Fabiana Sampaio da Costa	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas
Mayerlle de Sousa Barbosa	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	Núcleo de Apoio à Tecnologia da Informação
Bruno Teixeira Lima	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Debora Dantas do Nascimento	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Apoio Ao Suporte Administrativo
Maria da C. Ferreira Evangelista	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Pablo Juan Jorge Argolo	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Waldirene Mauricia De Araujo	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Fabiana da Silva Cabral	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Paulo Cesar Gomes Leite	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Atendimento de Brasília
Luana Paula Magalhaes Ferreira	Assessor Técnico	DFA-10	Escola do Consumidor	
Diely Maiara Rodrigues Araujo	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Atendimento de Brasília
Aldenir Sebastiao de Almeida	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Diego Soares Sousa	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento de Taguatinga	Núcleo de Atendimento de Ceilândia
Eva Alves Dias	Assessor	DFA-12	Diretoria de Fiscalização	
Katia Coelho Lima Dias	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Raquel Quirino Bernardo	Assessor	DFA-12	Diretoria de Fiscalização	
Nelci Rosa Marinho	Chefe	DFG-12	Núcleo de Atendimento Telefônico	Núcleo de Atendimento do Núcleo Bandeirante
Ana Carla de Sousa Campos	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Atendimento de Planaltina
Stefany Candida Farias	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Italo Henrique Martim de Lima	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento do Gama	Núcleo de Atendimento do Riacho Fundo
Walquiria Fernandes de M. Peres	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento de Taguatinga	
Cynthia Souza de Almeida	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento de Ceilândia	Núcleo de Atendimento de Sobradinho
Daniela Felix Lopes	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Rafael Silva Santos	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento de Brasília	
Carla Alves Pinto	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento de Brasília	Núcleo de Atendimento de Taguatinga
Nivaldo Bispo dos Santos Filho	Chefe	DFG-12	Núcleo de Atendimento de Ceilândia	Núcleo de Atendimento de Taguatinga
Maria Eliete Santana da Silva	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	Núcleo de Atendimento do Gama
Luana Lopes de Oliveira	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Atendimento do Guar
Luiz Andre dos Santos	Assessor Técnico	DFA-10	Gerência de Conciliação	
Alessandra Cristina de Andrade	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento de Taguatinga	
Cristiane Macedo Gama	Gerente	DFG-14	Gerência de Suporte Operacional	Núcleo de Atendimento Presencial
Mario Benedicto da Silva Filho	Chefe	DFG-12	Núcleo de Atendimento de Brasília	
Silvana Barbosa da Silva	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	
Susleide Gomes de Castro	Assessor Técnico	DFA-10	Escola do Consumidor	
Hemelly Dayse Lima Nascimento	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento de Taguatinga	Núcleo de Atendimento Telefônico
Jose Robson Oliveira Costa	Chefe	DFG-12	Núcleo de Atendimento de Taguatinga	
Lucas Felipe Sousa Ferreira	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMAFolha:
Processo: 9.947/12

Rubrica: _____

Milene N. F. Moreira Teixeira	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	
Ivan Lima Montelo	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Núcleo de Apoio Ao Suporte Operacional
Edinélia Guimaraes Lemos	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento De Taguatinga	Procuradoria
Layane Mayara de Sousa	Assessor Técnico	DFA-10	Núcleo de Atendimento Presencial	Gerência de Atendimento
Elayne Mendes Nunes	Gerente	DFG-14	Gerência de Atendimento	SEJUS
Raul Macedo de Carvalho	Assessor de Imprensa	DFA-14	Assessoria Técnica	
Sindomar Afonso Pinto	Assessor	DFA-14	Conselho de Adm. do Fundo de Defesa dos Dir. do Consumidor	
Gilmar Alves Ribeiro	Assessor Técnico	DFA-08	Núcleo de Atendimento Telefônico	Núcleo de Acompanhamento e Retorno
Wilton Satil de Sousa	Assessor Técnico	DFA-10	Escola do Consumidor	

b) providenciem a substituição dos servidores comissionados ocupantes dos 66 (sessenta e seis) cargos de Assessor Técnico dos núcleos de atendimento, por candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 01/11 – SEAP/PROCON (DODF de 09.08.11), vez que as funções desses cargos não são de direção, chefia ou assessoramento, conforme determinam a CRFB e a LODF, substituindo também aqueles servidores ocupantes de outros cargos comissionados, cujas atribuições eventualmente não estejam de acordo com a referida legislação;

c) encaminhem a esta Corte de Contas, no mesmo prazo, a documentação comprobatória das medidas adotadas;

IV – autorize o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.

Brasília, em de de 2014.

MANOEL DE ANDRADE
Relator